

# TEMAS ATUAIS DAS CIÊNCIAS CRIMINAIS

Amanda Bessoni Boudoux Salgado  
Rafael Folador Strano  
Ulisses Augusto Pascolati Junior  
**Organizadores**



Editora  
**Mackenzie**

# **TEMAS ATUAIS DAS CIÊNCIAS CRIMINAIS**

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

*Reitor* Marco Tullio de Castro Vasconcelos

EDITORA MACKENZIE

*Coordenador* Sérgio Silva Dantas

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Nabil Ghobril

Ana Alexandra Caldas Osório

Cecília de Carvalho Castro e Silva

Gianpaolo Poggio Smanio

Gildásio Jesus Barbosa dos Reis

José Geraldo Simões Junior

José Luiz de Lima Filho

Luiz Roberto Martins Rocha

Paulino Graciano Francischini

Ronaldo de Oliveira Batista

Rosangela Patriota Ramos

Valéria Farinazzo Martins

COLEÇÃO DIREITO MACKENZIE

*Diretor* Gianpaolo Poggio Smanio

# TEMAS ATUAIS DAS CIÊNCIAS CRIMINAIS

**Amanda Bessoni Boudoux Salgado**  
**Rafael Folador Strano**  
**Ulisses Augusto Pascolati Junior**  
Organizadores

© 2025 Amanda Bessoni B. Salgado, Rafael F. Strano e Ulisses Augusto P. Junior

Todos os direitos reservados à Editora Mackenzie. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Mackenzie.

*Coordenação de produção editorial:* Jéssica Dametta

*Produção editorial:* Camilla Soares Sales

*Preparação de texto (português):* Camilla Soares Sales

*Preparação de texto (espanhol):* Madrigais Editorial

*Revisão:* Mariana Ruiz da Cunha

*Capa, projeto gráfico e diagramação:* Felipe Soares Forti

*Estagiária editorial:* Bruna Silva de Angelis

### Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)

T278 Temas atuais das ciências criminais. / Organizadores Amanda Bessoni Boudoux Salgado, Rafael Folador Strano e Ulisses Augusto Pascolati Junior. – São Paulo: Editora Mackenzie, 2025.  
360 p. ; 23 cm. – (Direito Mackenzie).

Inclui referências bibliográficas.

ISBN 978-65-264-1210-7

1. Direito penal – Brasil. 2. Processo penal – Brasil. 3. Ação penal – Brasil. 4. Processo criminal – Brasil. 5. Direito penal – Defesa e processo. I. Salgado, Amanda Bessoni Boudoux, org. II. Strano, Rafael Folador, org. III. Pascolati Junior, Ulisses Augusto, org. IV. Título. V. Série.

CDDir 341.501

Bibliotecária Responsável: Jaqueline Bay Inacio Duarte - CRB 8/950

Editora Mackenzie

Rua Maria Antônia, 163 – 2º andar

Higienópolis – São Paulo/SP – CEP 01222-010

editora@mackenzie.br

mackenzie.br/editora

Editora afiliada:



# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	9
---------------------	---

## **DIREITO PENAL**

<b>Bien jurídico protegido en el delito de maltrato animal: ¿hacia una nueva función del Derecho Penal?</b>	13
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Mercedes Alonso Álamo

<b>La ampliación de los delitos de odio en los 20 años del siglo XXI: edad, aporofobia, exclusión social y motivos antigitanos</b>	41
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Patricia Tapia Ballesteros

<b>Breve panorama a respeito do crime de corrupção privada (entre particulares)</b>	59
-------------------------------------------------------------------------------------	----

Oswaldo Henrique Duek Marques

Paulo Henrique Aranda Fuller

<b>Convenção de Budapeste: considerações introdutórias sobre os crimes cibernéticos no ordenamento jurídico brasileiro</b>	83
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Ana Maria Lumi Kamimura Murata

Paula Ritzmann Torres

<b>A falácia da tutela penal dos direitos humanos</b>	99
-------------------------------------------------------	----

Gustavo Octaviano Diniz Junqueira

- “Crime ou delicto (palavras synonymas neste codigo)”: o cuidado na análise de Braz Florentino sobre as categorias criminais na legislação da primeira metade do Século XIX** 127
- Gustavo Angelelli

## **CRIMINOLOGIA E POLÍTICA CRIMINAL**

- A incompatibilidade da resolução SAP n. 144/10 com o art. 112 da Lei de Execução Penal: um estudo sobre a crise de legalidade na execução penal paulista** 145
- Patrick Cacicedo  
Douglas Henrique Norkevicius  
Beatriz B. M. E. P. Viegas  
Giovanna Ramos
- Victimología corporativa** 159
- Eduardo Saad-Diniz
- O voto do preso provisório no Brasil** 181
- Luigi Giuseppe Barbieri Ferrarini  
Bernardo Pinhón Bechtluft
- Tendências restritivas na aplicação do indulto e sua imprescindibilidade no sistema de justiça criminal brasileiro** 197
- Amanda Bessoni Boudoux Salgado
- Lei Antimanicomial (ou da reforma psiquiátrica): um novo (nem tão novo assim!) paradigma penal de necessária e urgente aplicação** 221
- Ulisses Augusto Pascolati Junior
- Entre o justicamento e a punição: reflexões sociológicas sobre linchamentos na sociedade brasileira** 243
- Raphael da Rocha Rodrigues Ferreira

## PROCESSO PENAL

- A fundamentação *per relationem* em matéria penal:  
consequências do tema 1306 do STJ** 271  
Átila Pimenta Coelho Machado  
Lucas Andrey Battini
- El tratamiento de los denunciantes en Europa:  
la directiva 2019/1937 y su transposición por los  
estados miembros de la Unión Europea** 287  
Ramon Ragués i Vallès
- Breves paralelos entre garantias do processo penal  
e do administrativo sancionador** 311  
Glaucio Roberto Brittes de Araújo
- Processo penal e guerra às drogas: relativização de  
garantias nos 20 anos da Lei n. 11.343/06** 341  
Rafael Folador Strano

## APRESENTAÇÃO

Desde o final do século XIX, a partir do modelo da ciência conjunta do direito penal elaborado por Franz von Liszt (*gesamte strafrechtswissenschaft*), costuma-se dividir as ciências criminais em três âmbitos do saber: a dogmática penal, criminologia e política criminal.

Nos cursos jurídicos, tradicionalmente é priorizada a produção acadêmica do âmbito dogmático, especialmente em razão da influência do positivismo jurídico na formação dos currículos das faculdades de Direito. A presente obra, contudo, parte de uma perspectiva diversa.

Sem ignorar o proveito didático do modelo liszteano, entende-se que as ciências criminais devem ser examinadas a partir de uma perspectiva integral, uma vez que se influenciam mutuamente. Assim, ao lado da dogmática, deve-se avançar conjuntamente na produção do conhecimento criminológico, político-criminal e processual penal.

Nesse aspecto, o livro também demarca o início da produção acadêmica, em nome próprio, do Departamento de Direito Penal da Faculdade de Direito, *campus* Alphaville, da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). A obra coletiva conta com artigos individuais dos organizadores, todos professores de Direito Penal e Processo Penal do mencionado *campus*, bem como de docentes convidados nacionais e estrangeiros.

O desenvolvimento desta obra simbólica para o *campus* Alphaville somente foi possível pelo incentivo concedido por meio do Programa PublicaMack de 2024, da Editora Mackenzie, à qual os organizadores agradecem por todo o suporte.

Almeja-se que esta seja a primeira de muitas contribuições da Faculdade de Direito do *campus* Alphaville para o desenvolvimento das ciências criminais.

Boa leitura!

Amanda Bessoni Boudoux Salgado

Rafael Folador Strano

Ulisses Augusto Pascolati Junior

**DIREITO PENAL**

# BIEN JURÍDICO PROTEGIDO EN EL DELITO DE MALTRATO ANIMAL: ¿HACIA UNA NUEVA FUNCIÓN DEL DERECHO PENAL?

Mercedes Alonso Álamo<sup>1</sup>

## Introducción

Apenas se cuestiona hoy que el Derecho Penal deba reaccionar frente a determinadas conductas de maltrato a los animales. En España, sucesivas reformas penales han respondido en las últimas décadas a la repulsa que el maltrato animal genera. Pero si hay relativo acuerdo acerca de que el maltrato a los animales es una conducta merecedora de respuesta punitiva, no lo hay acerca del fundamento de la incriminación. Se discute cuál puede ser el bien jurídico protegido y se plantea, incluso, si el reconocimiento legislativo del maltrato animal puede suponer la entrada en el sistema penal de un delito sin bien jurídico<sup>2</sup>. Como posibles objetos de protección

---

1 Universidad de Valladolid.

2 Sobre las dificultades de legitimación del delito de maltrato animal, *cf.* Hefendehl, 2002, p. 52 *et seq.*

penal se han señalado, entre otros, el medio ambiente, el sentimiento de las personas hacia los animales, el cumplimiento de deberes bioéticos, la moral pública o las buenas costumbres, la dignidad de los animales, el interés colectivo al bienestar de los animales, o el interés del propio animal a su vida, salud e integridad.

Vamos a abordar esta cuestión desde una perspectiva político criminal, y vamos a sostener que el maltrato animal atenta contra el interés del propio animal a su vida, salud e integridad, en tanto bienes jurídicos emergentes en una sociedad que avanza hacia la relación armónica de las personas con la naturaleza. Tales bienes jurídicos pueden ser afirmados sin que para ello haya de hablarse de “dignidad” de los animales – innecesario desplazamiento metonímico humanizador de los animales no humanos –, ni sea preciso el reconocimiento de derechos subjetivos a los animales. Por otra parte, la protección de intereses de los animales ha de ser hoy fragmentaria, pero tal fragmentariedad es dinámica y sujeta a previsible revisión, como se constata si se observa cómo las legislaciones avanzan hacia una ampliación gradual del ámbito de lo punible, tanto en lo que se refiere a las conductas típicas, como al elenco de animales objeto de ataque y de protección.

El Derecho Penal es de y para las personas. Su función es proteger bienes jurídicos individuales y supraindividuales que sirvan al desarrollo de la persona y para mantener la convivencia pacífica (Roxin, 2013, p. 5). Entonces, ¿bienes jurídicos de los animales? ¿Los animales como titulares de bienes jurídicos? ¿Comporta el reconocimiento de intereses de los animales una ampliación del marco tradicional de los bienes jurídico-penales y de la función del Derecho Penal? A primera vista, la respuesta a esta cuestión parece que ha de ser afirmativa. Sin embargo, cabe entender que no hay una genuina ampliación de la función del Derecho Penal, sino más bien un nuevo entendimiento de la misma: desde el momento en que tomamos

conciencia de las capacidades de los animales<sup>3</sup> y de que todo en la naturaleza está interconectado e interaccionando, la protección penal de intereses de los animales deviene en protección (mediata) de todos. Por lo tanto, tomar conciencia de los intereses de los propios animales y de que tales intereses merecen protección penal porque ello va en favor del desarrollo armónico de la vida en la tierra, requiere una toma de conciencia previa acerca de la posición de los animales en la naturaleza como seres sintientes y con capacidades, y de nuestra relación con la naturaleza, situando a los animales en el lugar que merecen. Esta comprensión de la función del Derecho Penal es expresiva de un antropocentrismo de nuevo tipo, no fuerte sino débil, muy débil, muy moderado.

## **El maltrato animal no atenta contra el interés colectivo al medio ambiente**

En la medida en que los animales son parte de la naturaleza, podría verse en el maltrato animal un delito contra el medio ambiente. Pero los animales, en tanto seres con capacidades, son portadores de intereses antepuestos al interés colectivo de las personas a la preservación del medio ambiente. Ya se parta de una concepción antropocéntrica pura, ya de una concepción mixta, ecocéntrico-antropocéntrica, ya de una concepción ecocéntrica pura<sup>4</sup>, el ambiente no es el objeto inmediato de la protección penal.

Para la concepción antropocéntrica pura, o modelo monista personal, la protección penal del ambiente debe limitarse a la incriminación de conductas que atenten, mediante el ataque al ambiente, contra bienes personales, como la vida o la salud de las personas. De manera que la protección del ambiente

---

3 Como luego se precisará, hablamos de capacidades de los animales en el sentido propuesto por Nussbaum. Cf. Nussbaum, 2012, p. 385 *et seq.*; Nussbaum, 2023, p. 108 *et seq.*

4 Sobre las diferentes concepciones, cf. Alonso Álamo, 2010, p. 159 *et seq.*

cumpliría una función meramente instrumental y no sería el genuino objeto de protección. Esta concepción, llevada a sus últimas consecuencias, conduce a renunciar al reconocimiento de propios delitos medioambientales y a dar entrada a nuevas variaciones típicas en la tradicional protección de la vida, salud o integridad de las personas. En relación con el maltrato animal, esta concepción egocéntrica – que no ecocéntrica – de la realidad no podría considerar dicha conducta delito medioambiental, pues, en rigor, estos delitos no existirían.

Si se parte de una concepción mixta, ecocéntrico-antropocéntrica, tampoco podría ser el medio ambiente el objeto de protección en el maltrato animal. Para este modelo, la protección del medio ambiente es un medio para proteger bienes jurídicos individuales de la persona: el medio ambiente es un bien jurídico intermedio. Pero el delito de maltrato animal no atenta contra un genuino interés medioambiental como pudiera ser la biodiversidad, la preservación de la naturaleza o el equilibrio de los sistemas naturales, que no pueden ser puestos en peligro por particulares acciones de maltrato animal, tampoco afecta directamente a intereses de las personas como no fuera invocando la protección de la integridad moral o de sentimientos de amor o compasión hacia los animales, tesis contra la que argumentamos después.

Por último, si se parte de una concepción ecocéntrica pura (a la que responde la actual regulación española de los delitos medioambientales), el medio ambiente es elevado a bien jurídico colectivo en sí mismo merecedor de protección penal, es decir, con independencia de que la acción genere un peligro para bienes jurídicos personales (aunque sin perjuicio de que particulares tipos penales exigieran un peligro al menos hipotético para tales bienes lo que posibilita atender a la gravedad de las diferentes conductas). La biodiversidad es, de acuerdo con este modelo, un bien jurídico directamente protegible. De nuevo podría pensarse, en una primera aproximación

al problema, que si se parte de una concepción ecocéntrica pura, el maltrato a los animales constituye un delito medioambiental, ya que los animales forman parte de la naturaleza y su propia existencia contribuye a la biodiversidad y al equilibrio de los sistemas naturales. Sin embargo, un examen más detenido muestra que no es propiamente este el interés puesto en peligro cuando se realizan conductas que podrían ser calificadas de maltrato animal en sentido amplio. De un lado, porque el maltrato puede no afectar al medio ambiente e, incluso, el sacrificio de animales puede ser necesario para la preservación del medio ambiente (Hava García, 2009, p. 114), y hasta puede plantearse que a veces es el fin del sacrificio del animal lo que propicia su existencia, con independencia de los problemas morales que ello pueda suscitar (Colb; Dorf, 2024, p. 1). De otro lado, y fundamentalmente, porque cuando se maltrata injustificadamente a un animal, salen al paso intereses del propio animal a su vida, salud e integridad que se hallan antepuestos a la protección del interés colectivo al medio ambiente. El progresivo reconocimiento de derechos de los animales avanza en esta dirección. Pero no es este el principal argumento en favor del reconocimiento de intereses propios de los animales. La elevación a bien jurídico protegible penalmente del interés de los animales a su vida, salud e integridad se basa en el reconocimiento de sus capacidades como seres sintientes y en la posición que se les reconoce en el entramado de la vida o, lo que es lo mismo, de acuerdo con una comprensión de la naturaleza que se aleja cada vez más del antropocentrismo puro en relación con la protección del medio ambiente. Por todo ello, siendo incuestionable la pertenencia de los animales al medio ambiente natural y que su posición en la naturaleza como seres sintientes los hace acreedores de especial protección penal, no es correcto entender el maltrato animal como un delito contra el medio ambiente (Vercher Noguera, 2017, p. 7-10) pues hay intereses de los propios animales que se ven directamente afectados por la acción y cuya protección deviene prioritaria.

Este livro coletivo reúne professores de Direito Penal, Criminologia e Processo Penal para mapear, com linguagem clara e crítica, os dilemas mais urgentes da justiça criminal contemporânea. Dividido em três partes, oferece um percurso completo: em Direito Penal, discutem-se desde a proteção do bem-estar animal e a expansão dos crimes de ódio no século XXI até temas não suficientemente explorados, como a corrupção entre particulares e os crimes cibernéticos à luz da Convenção de Budapeste. Há, ainda, releituras históricas e uma provocação necessária sobre a tutela penal dos direitos humanos.

Na seção de Criminologia e Política Criminal, o foco recai sobre temas de amplo alcance prático: a crise de legalidade na execução penal paulista, a vitimologia corporativa, o voto do preso provisório, os limites e a imprescindibilidade do indulto, além do impacto da Lei Antimanicomial e um olhar sociológico sobre linchamentos no Brasil.

Por fim, em Processo Penal, os capítulos tratam da legitimidade da chamada fundamentação *per relationem*, pela qual o juiz faz remissão a manifestação ou decisão anterior, da proteção a denunciantes (*whistleblowers*) na União Europeia, dos paralelos entre garantias do processo penal e do sancionador administrativo e da guerra às drogas, examinando 20 anos de relativização de direitos.

A obra apresenta como claro diferencial o diálogo internacional entre Europa e América Latina, bem como o equilíbrio entre teoria, história e prática forense, aprofundando questões de grande relevância para as ciências criminais. É leitura essencial para aqueles que buscam atualização sólida, visão crítica e ferramentas concretas para atuar e pesquisar na área penal. Um livro plural, atual e diretamente conectado aos desafios de nosso tempo.